

ENSINO PÚBLICO NO BRASIL: PRIMÓRDIOS (1759-1827)

*Adriano Ramos Gomes*¹

Resumo

Esta comunicação apresenta elementos da pesquisa sobre a história da educação no contexto do Brasil colônia e do Brasil independente. A partir de metodologia analítico sintética, as fontes consultadas permitem apresentar os elementos seguintes: que o ensino público no Brasil se inscreve no contexto da Reforma Pombalina, pelas quais foram instituídas a chamada aulas régias; que tais aulas tinham o propósito de substituir o ensino jesuítico, dentro do quadro político português da época. Desse contexto, pretende-se mostrar a forma como as aulas régias eram ministradas, como era feito o financiamento educacional, que ficava a cargo da comunidade, por meio de pagamento do chamado “subsídio literário”, bem como citar a organização do primeiro concurso para admissão de professores, em 1760, no Recife. Os desdobramentos dessas aulas são foco da primeira parte da pesquisa, que aqui se apresenta. Num segundo momento, após tratar do período do processo de independência do Brasil (1808 a 1822), são apresentadas algumas leis da legislação educacional e das propostas feitas por membros do parlamento brasileiro sobre o assunto. O problema de investigação dessa segunda parte é: como o governo Brasileiro procurou implementar a educação no país, tão logo se tornou independente de Portugal? Os resultados da pesquisa, objeto desta comunicação, apontam a permanência de antigos problemas relacionados ao ensino público, como o do financiamento da educação, da contratação de professores habilitados para as disciplinas a serem ministrada e, em síntese, do próprio alcance da instrução pública brasileira.

Palavras-chave: Brasil Império; ensino público; Era Pombalina; história da educação.

¹ Acadêmico do curso de Pedagogia da Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR/campus de Vilhena.

PUBLIC EDUCATION IN BRAZIL: EARLY DAYS (1759-1827)

Abstract

This communication presents elements of the research on the history of education in the context of colonial Brazil and independent Brazil. Based on synthetic analytical methodology, the sources consulted allow us to present the following elements: that public education in Brazil is part of the context of the Pombaline Reform, by which the so-called royal classes were instituted; that such classes had the purpose of replacing Jesuit teaching, within the Portuguese political framework of the time. From this context, it is intended to show how royal classes were taught, how educational funding was done, which was in charge of the community, through payment of the so-called "literary subsidy", as well as to mention the organization of the first competition for admission of teachers in 1760 in Recife. The developments of these classes are the focus of the first part of the research, which is presented here. In a second moment, after dealing with the period of Brazil's independence process (1808 to 1822), some laws of educational legislation and proposals made by members of the Brazilian parliament on the subject are presented. The problem of investigation of this second part is: how did the Brazilian government seek to implement education in the country, as soon as it became independent of Portugal? The results of the research, the subject of this communication, point to the permanence of old problems related to public education, such as the financing of education, the hiring of teachers qualified for the disciplines to be taught and, in summary, within the scope of Brazilian public education.

Keywords: Brazil Empire; public education; Pombaline Age; history of education.

1 Introdução

Este artigo apresenta elementos da história da educação no contexto do Brasil Colônia e do Brasil independente. Os dados são trazidos a partir dos resultados de pesquisa conduzida por meio de metodologia analítico-sintética, cujas fontes consultadas nos permitem dizer o seguinte: o ensino público no Brasil se inscreve no contexto da reforma Pombalina, pela qual foram instituídas as chamadas aulas régias. As aulas régias tinham o propósito de substituir o ensino jesuítico, dentro do quadro político português da época, na segunda metade do século XVIII. Desse contexto, podem ser pinçados elementos como a institucionalização da instrução pública, por meio das aulas régias, bem como o financiamento educacional, por meio do subsídio literário.

A história da educação brasileira no período de implantação do ensino público implica, além do período colonial, o processo que levou à independência do Brasil e ao início de sua vida administrativa autônoma. O problema de investigação diz respeito ao modo como os governos português e brasileiro procuraram implementar a educação no país, tão logo os jesuítas foram expulsos, e na época da Independência.

Os resultados da pesquisa apontam a permanência de antigos problemas relacionados ao ensino público, como, por exemplo, o do financiamento da educação, da contratação de professores habilitados para as disciplinas a serem ministradas e, em síntese, do próprio alcance do ensino público brasileiro.

Dessas questões todas, este artigo seleciona três momentos. Na primeira parte, são apresentados aspectos da educação jesuítica em nosso país. Na segunda, apresenta-se o período em que Marquês de Pombal, primeiro ministro português, administrou Portugal, e como esse governo influenciou efeitos sobre a educação no Brasil. Em um terceiro

ponto deste artigo, são expostos aspectos históricos concernentes à educação pública, quando do processo da Independência e do início do Brasil Império.

2 Primeiro período: ensino jesuítico

A história da educação no Brasil foi iniciada pelos padres da Companhia de Jesus, vindos de Portugal juntamente com outros membros designados pela Coroa Portuguesa, como o Governador Geral Tomé de Souza. Os padres jesuítas tinham como finalidade catequizar os índios. Para isso, os padres se valiam das crenças católicas, e procuravam adaptar seu método de ensino aos indígenas.

O período da educação jesuítica ficou dividido em duas fases: a primeira, heroica; a segunda, missioneira. O objetivo da primeira fase era catequizar os índios, e o da segunda fase era desenvolver as missões jesuíticas. Portanto, entende-se que na primeira fase o objetivo dos jesuítas era ganhar a confiança dos índios. Na segunda fase, o objetivo era, após ganhar a confiança dos índios, iniciar um processo de desvalorização da cultura indígena, por exemplo, colocando em dúvida todos os ensinamentos do pajé, mesmo que os mais velhos da tribo tivessem grande respeito e consideração pelo mesmo. A segunda fase foi a da *missão*, na qual não bastava só catequizar, mas também o jesuíta teria que povoar as aldeias indígenas e impor a cultura europeia pelo contato diário, para mudar seu modo de vida, e também para colocar Cristo como crença única. Por isso, entre os principais objetivos dos jesuítas, podem ser citados: formar sacerdotes para catequizar os índios e desmistificar o pajé, e investir na educação das crianças indígenas, impondo a crença religiosa e a cultura europeia por meio do contato diário nas aldeias. Tudo isso levaria a estabelecer conflitos entre o pajé e os jesuítas.

Os jesuítas faziam parte de uma ordem religiosa chamada Companhia de Jesus, que foi fundada por Inácio de Loyola, hoje considerado santo pelos católicos. A Companhia de Jesus veio ao Brasil com o objetivo de expandir a fé católica nas aldeias indígenas e nas novas terras que estavam sendo descobertas. A ordem se constituía na tarefa de trazer os índios para a fé católica e de domesticá-los, no sentido de ensinar-lhes os modos de ser dos portugueses.

Para realizar seus trabalhos de evangelização, os padres jesuítas organizaram locais chamados de *missões jesuíticas*, no lado brasileiro, ou de *reduções*, em terras de colonização espanhola na América. Nessas missões, eram criadas escolas nas quais os índios se habituariam aos modos europeus. Por não existir um conceito de trabalho por parte dos índios, por extraírem tudo que a natureza os oferecia, não havia necessidade de trabalhar e, por isso, estranhavam a ideia de trabalho dos europeus. Havia dificuldade em escravizar os índios sem seu entendimento de trabalho duro, por viverem em uma região em que a natureza produz tudo que é necessário para o ser humano sobreviver. Com o passar do tempo, esse conceito de trabalho dos europeus ficou mais claro para os indígenas, através de métodos não violentos, ou seja, por meio da catequese e dos métodos educacionais próprios, ligados à Igreja. A educação jesuítica, dentro das suas características, foi sempre marcada por muita disciplina, regras, castigos, e repetição de conteúdo, tudo isso com o objetivo de impor seu domínio. Percebe-se, por esses poucos fatos, que a organização escolar no Brasil Colônia está, como não poderia deixar de ser, estreitamente vinculada à política colonizadora dos portugueses (RIBEIRO, 1987, p. 20).

A educação dos povos e das comunidades que moravam no Brasil cabia aos padres, que falavam fluentemente a língua indígena, e que deviam ensiná-la àqueles que chegavam ao Brasil, ou seja, era preciso ensinar a língua da terra, como então era chamado o Tupi-Guarani. Quando houve necessidade de trazer mais pessoas para trabalharem nas

terras da colônia portuguesa, passou-se a oferecer formação em Tupi-Guarani, língua dos povos com quem iriam trabalhar, tanto no colégio de Coimbra, como também no colégio de Lisboa.

Logo após o desembarque dos jesuítas no Brasil, foram fundados aldeamentos e residências, ou conventos, que eram chamados de *colégios para o domínio das almas* (RIBEIRO, 1987). Além disso, os jesuítas foram penetrando nas aldeias dos índios, multiplicando os locais de catequese, colocados em pontos estratégicos ao longo da costa. Esses colégios eram fundados a pedido das elites locais, que contribuíam financeiramente para a manutenção dos mesmos. Como os colégios eram fundados a pedido das elites, estas apresentavam seus bens e seus rendimentos para custear esses colégios. Desde a vinda dos primeiros jesuítas até a sua expulsão pelo primeiro ministro de Portugal, Marquês de Pombal, no século XVIII, esses sacerdotes foram superiores em termos de ensino, até porque, por bom tempo, o aluno de fato só tinha acesso aos colégios jesuítas. Esses alunos eram da elite local das principais cidades, onde havia os colégios, ou seja, eram os filhos dos portugueses e os filhos dos donos de engenhos que tinham elevado o seu patrimônio, e, também, aqueles que possuíam concessões reais. No que se refere à educação dos índios, havia pouca presença desses nos colégios, porém, havia o ensino nos aldeamentos, generalizado e de baixa qualidade. Vê-se que só as elites teriam um grau superior de ensino, assim, "verifica-se, desta maneira, o que os colégios jesuíticos foram o instrumento de formação da elite colonial" (RIBEIRO, 1987, p. 25).

Desse modo, havia dois ambientes escolares, os aldeamentos e os colégios jesuítas. Enquanto os aldeamentos cuidavam da educação e da catequização dos índios, os colégios jesuítas cuidavam da educação dos filhos da elite colonial, havendo, especialmente, nesse segundo caso, um grande rigor do ponto de vista da qualidade, do comportamento moral e das inovações pedagógicas. Essas inovações se deram, em particular, com a elaboração da *Ratio Studiorum* (Plano de Organização de Estudo

da Companhia de Jesus), lançada em 1599. Ao introduzirem essas novidades, atraíram o interesse das elites, levando o novo projeto de estudos para toda a Europa católica. Dentro do contexto histórico da educação, o método jesuítico criou uma grande necessidade de mobilizar pessoas e recursos para pontos estratégicos para ensinar os colonos e os índios. Cabe dizer, contudo, que o ensino oferecido não era igual para todos, pois, houve pouco interesse em instruir os índios, comparando-se com o ensino dado para a elite. Neste caso, aos ricos se ensinava língua portuguesa, canto orfeônico, doutrina cristã para os colonos etc.; enquanto para os índios priorizava-se somente a catequese (RIBEIRO, 1987).

A catequese, no ponto de vista jesuíta, é válida para dominar e domesticar o índio, e, mesmo colateralmente, o negro e o mestiço, o que acabou, involuntariamente, preparando-os para o trabalho braçal e como mão de obra rudimentar. Nessa ocasião, essas eram as pessoas que compunham a maior parte da população do Brasil. Na visão dos religiosos, a importância de ministrar a catequese para os índios era a de que esta poderia torná-los dóceis, o que acabaria dando, assim, mais proveito no trabalho a ser explorado pelo colonizador português em terras tupiniquins.

Quanto às mulheres, eram restritas à educação feminina. Nesse caso, eram ensinadas somente as boas maneiras, enquanto os homens, segundo o modo religioso, eram preparados para o trabalho mais intelectual, dentro dos limites cabíveis para o que supunham ser útil aos autóctones. Na visão dos religiosos, era importante ensinar a catequese, também, para que se trouxesse mais adeptos à religião católica.

Conforme diz Maria Luísa Santos Ribeiro (1987), a Companhia de Jesus tornou-se dominante no contexto educacional, portanto houve uma grande procura por seus ensinamentos, mesmo sem a vocação religiosa, porque seus alunos eram membros da elite e, os que não, eram sacerdotes. Essa grande procura se dava pela qualidade da formação do indivíduo e

do seu preparo intelectual. Os colégios jesuítas, sendo conceituados como de boa formação intelectual pela elite colonial, foram uma grande oportunidade de lucro fácil e rápido, com o intuito de conquistar seus próprios territórios. Além disso, como diz a autora Maria Luísa, seria interessante destacar que as missões jesuíticas foram a base da economia florestal amazônica durante a primeira metade do século XVIII, advindo daí grande lucro (RIBEIRO, 1987, p. 29).

Além da imposição religiosa, ou mesmo em razão dela, os jesuítas obtiveram bens materiais através dos dízimos e das arrecadações de impostos, cobrados dos senhores de engenhos para a manutenção dos colégios. O colégio era ponto de influência e de domínio. Esse domínio sobre os senhores de engenho era conseguido, também, pela educação no colégio jesuítico, por meio da educação das filhas desses senhores.

Na fase da escolarização colonial brasileira, havia a tentativa de Portugal em se manter economicamente. Isso se deu no processo de transformação da base mercantil para a industrial, dentro do regime capitalista, naquele país. Por sua vez, e curiosamente, um país parceiro de Portugal, a Inglaterra, teve maior lucro sobre a colônia portuguesa, e também sobre os produtos oriundos de Portugal. Como se sabe, a Inglaterra sufocava o mercado interno português por meio de sua manufatura industrial, deixando Portugal em desvantagem, tanto no produto agrícola, quanto no preço das mercadorias. A intervenção do Marquês de Pombal, como ministro, tentou modernizar a cultura portuguesa, visando controlar de perto as questões jurídicas da colônia, com o objetivo de recuperar a economia portuguesa. Valia-se da concentração do poder no monarca para impor suas decisões. Cabe lembrar, aqui, que Portugal já havia sofrido economicamente em outra circunstância citada, o período da dominação espanhola, de 1580 a 1640, quando as duas coroas, de Portugal e da Espanha, se unificaram. Depois de 1640, para Portugal, acabou restando somente o Brasil e algumas posses na África, que serviram somente para a venda de escravos

transportados para o Brasil. No entanto, o governo português fica descontente, e começa a desconfiar das missões jesuítas, o que culmina na expulsão das mesmas do Brasil. O medo do Marquês de Pombal era que se criasse um Estado dentro do Estado.

3 Segundo período: reforma Pombalina

Com um rei absolutista e com uma nobreza arruinada, quase sem terra e sem renda, e com evasão da população, deixando suas terras vazias, e sem mão de obra, restava a Portugal uma burguesia mercantil rica, mas politicamente débil. A Coroa Portuguesa se vê em busca de uma solução para se desenvolver de modo capitalista. Com esse objetivo, o rei D. José I nomeia Sebastião José de Carvalho e Melo, o então popular Marquês de Pombal, como primeiro ministro de Portugal. A nomeação de um homem com perfil iluminista, como Pombal, tinha a intenção de recuperar economicamente Portugal e, também, de modernizar a cultura portuguesa. O trabalho de Pombal está ligado à educação brasileira no período colonial, pois:

A reforma Pombalina é um importante marco na Historiografia da Educação Brasileira. Por ser contextual, não é possível compreendê-la senão por meio da história do Brasil enquanto colônia de Portugal, espaço temporal onde foi criada (CECO; AMARAL, 2018, p. 2).

Já naquela época, século XVIII, a Inglaterra era um país capitalista industrializado, e, nas relações comerciais que estabelece com o país lusitano, começa a sufocar Portugal, levando-o ainda mais à ruína. Por isso, com o objetivo de conquistar capital mercantil, o rei de Portugal D. José I nomeia para ministro o Marquês de Pombal. O Marquês reforçou

o pacto colonial, visando tirar Portugal da ruína e transformá-lo em um país capitalista desenvolvido.

Do ponto de vista educacional, Marquês de Pombal tomou uma medida que afetaria o ensino: expulsou os jesuítas das terras portuguesas e dos seus domínios. Além disso, aumentou os impostos sobre o produto de importação, aboliu o *quinto*, o imposto sobre mineração, e fixou este em taxa de 100 arrobas, que seria cobrada pela extração do minério. A ideia era pôr o reino português em condições econômicas tais que lhe permitissem competir com as nações estrangeiras. Essa era, seguramente, uma das mais fortes razões das reformas Pombalinas (CECO; AMARAL, 2018).

Sendo assim, para dar-lhe condições que o permitissem competir com as grandes indústrias, o governo português decretou altos impostos sobre produtos, até mesmo prejudicando a nobreza, que tinha a sua própria produção. O Marquês de Pombal reorganizou o exército português, extinguiu a distinção entre cristãos novos e cristãos velhos, e, com o objetivo de ter um ganho maior, reorganizou a forma de exploração da riqueza no Brasil. Para isso, criou companhias para a comercialização dos produtos, incentivando-as a exportar para fora do país. Num lance importante da relação entre colonos e indígenas, em 1755, o primeiro ministro português proclamou a libertação dos indígenas, tanto da mão dos proprietários, quanto da dos jesuítas que tomavam conta das colônias, criando assim uma lei favorecendo a não discriminação indígena, e favorecendo o casamento dos silvícolas com os portugueses. O Marquês também queria substituir a administração jesuíta nas chamadas missões jesuíticas, por isso, em “1753, Pombal extinguiu a escravidão dos índios no Maranhão, onde ela era mais comum que no resto da colônia. Em 1755, proclamou a libertação dos indígenas em todo o Brasil, indo ao mesmo tempo contra os proprietários de escravos índios e os jesuítas” (CECO; AMARAL, 2018, p. 3).

Como dito anteriormente, sobre a expulsão dos jesuítas, “a reforma educacional pombalina culminou com a expulsão dos jesuítas precisamente das colônias portuguesas tirando o comando da educação das mãos destes e passando para a mão do Estado” (CECO; AMARAL, 2018, p. 4). Neste caso, após a expulsão dos jesuítas e a retirada do poder deles sobre a escola, acabou entrando a educação estatal administrada pelo Estado. Mas, a colônia de Portugal não consegue suprir suas necessidades educacionais, deixando vir a ficar um caos o ensino, mesmo com as formas régias de dar aula e com os professores avulsos, o que só fizeram agravar o problema. Isso se fez por meio do Alvará Régio, de 1759, o qual criava as aulas régias em substituição ao ensino jesuítico. Mas, tanto o Marquês de Pombal, como o seu governo, foram acusados de serem contraditórios, e suas controvérsias suscitaram um lastro ideológico e autoritário, prejudicando seu objetivo que, como já dito, era tornar Portugal um país desenvolvido, do ponto de vista capitalista.

Os objetivos do Alvará eram simplificar os estudos necessários para se ingressar no ensino superior, e o aprimoramento da língua portuguesa e de Latim, diversificando o conteúdo para torná-lo mais prático. Sendo assim, parece-nos que o tal Alvará tinha como finalidade pedagógica dar continuidade à educação jesuíta que tinha sido iniciada antes do governo de Pombal, mesmo que a Companhia de Jesus tivesse como objetivo atender à fé, e não a educação do estado.

No contexto social e pedagógico, a nova organização, por meio das aulas régias, deveria trazer novos métodos e livros, tanto de Latim, que serviu como um complemento da língua portuguesa, como também de outras matérias que eram aproveitadas pelos advogados, médicos e artistas. Entre essas matérias estava a filosofia, apenas que essa foi aproveitada tempos depois.

Com o objetivo de Portugal de se transformar em grande metrópole, como era a Inglaterra, por exemplo, a elite masculina portuguesa se viu na urgência de buscar uma formação mais apurada, até mesmo por

ser ela a elite dominante, e pretender continuar a sê-la. Mas, com essa busca, era fundamental fomentar o ensino superior, como desafio a ser enfrentado para se chegar à universidade. Com a implantação do novo sistema de aulas régias, logo após a expulsão dos jesuítas das terras de Portugal e de sua colônia, o Marquês de Pombal criou a figura do diretor de ensino, a quem incumbia fiscalizar o trabalho dos professores.

As aulas régias instituídas por Pombal têm suas primeiras experiências promovidas pelo Estado, no século XVIII, mas, como vimos, favorecendo as elites. O problema do financiamento foi pensado junto à intenção de aumentar o número de aulas. Pombal implantou o *subsídio literário* para custear as aulas régias. Mesmo com a escassez de recursos e a falta de docentes preparados por um currículo regular, há uma continuidade na formação clássica e europeizada dos jesuítas, mas que não tinha sua base pedagógica nos colégios que eram destinados à formação do clero.

Em sua forma de pensar e agir, o Marquês não se importava com as críticas, buscando se adaptar a novas técnicas e ideias, mesmo em sua ordem política e social, em que falavam e criticavam sua política, que era considerada algo fora do contexto social. Seu objetivo era alcançar os outros países mais desenvolvidos, mesmo desrespeitando membros do alto escalão do clero e da nobreza por usar métodos tidos como contraditórios, refletidos no seu posicionamento.

Independentemente de julgamentos contrários, é preciso reconhecer que foram significativas as reformas preparadas por Pombal, como as reformas de caráter educacional, devido à expulsão dos jesuítas. Além, é claro, das que se deram com ênfase no ambiente econômico, nas importações e exportações. Em síntese, é necessário perceber que as reformas do ensino estão inseridas neste contexto por vias deste iluminismo português. Essas políticas foram padronizadas e administradas por Pombal na educação, que mais tarde foi passando para a mão do Estado.

Há uma padronização na educação tomada dos jesuítas, e passada para a responsabilidade do Estado. Isso não se fez pelo interesse do cidadão, mas servindo primeiramente ao interesse do Estado, que se mantém forte, com um rei absolutista. Cabe dizer que essas reformas comandadas por Pombal dependiam de um corpo administrativo de Estado e, no caso da educação, de professores leigos preparados. Quanto a isso, muitas vezes, os professores eram poucos e mal preparados, em especial no contexto histórico da colônia. Por isso, a reforma Pombalina, apesar de engrandecer o poder do Estado e a liberdade individual no sistema educacional, não se firmou até hoje.

Em síntese desse período, vale lembrar que na época da primeira grande reforma, com o D. José I, cujo governo foi liderado pelo Marquês de Pombal, estima-se que o Brasil estivesse com uma população de 2,5 milhões de habitantes. Na década de 1760, houve uma grande produção agrícola, registrando um dos maiores anos de exportação da colônia. Com esse avanço, não só na exportação agrícola, como também na mineração do ouro e do diamante, a Coroa Portuguesa decretou várias medidas, com grande repercussão política. Entre essas medidas está a determinação do fechamento da oficina de ouro, e a substituição do contrato da extração do diamante, pois, a partir de então, em vez de contrato de autorização, a Coroa administraria diretamente a exploração do minério.

No plano da cultura e da ciência, em 1759, foi criada a Academia de Ciências e Letras, fundada na cidade de Salvador. Em seguida, em 1772, é inaugurada, pelo vice-rei de Portugal, a Academia Científica, que também era protegida pelo Marquês de Pombal.

É nesse contexto que acontece a institucionalização da educação pública, ao menos em sua forma inicial, na reforma de Pombal, que havia entrado em conflito com os jesuítas, e pela crítica ao método destes, visto como ineficiente em socializar os índios, e que já havia sido questionado mesmo antes de se dar a reforma educacional. De igual modo, os jesuítas também foram criticados pela ineficiência de seus métodos educacionais,

usados nos povoamentos indígenas do Pará e do Maranhão, substituindo a língua geral, indígena, pela língua portuguesa, alfabetizando-os assim na doutrina cristã. Essa educação era realizada com uma postura diferenciada: para os meninos, aritmética básica; para as meninas, renda e costura.

Em 1759, foi instituído o método novo de ministrar aulas, por meio do já aludido Alvará Régio, estruturando, inclusive, uma nova administração educacional, no período em que a educação é promovida pelo Estado, e não mais pelos jesuítas, devido à expulsão dos mesmos. Contudo, não se pense que houve um rompimento pleno do que se fazia até então, nem por parte da Igreja, nem do ensino religioso. Aspectos do antigo modo de ensinar ainda permaneciam, o que caracteriza, portanto, uma fraca administração comandada pelo Estado no que diz respeito ao ensino.

4 Terceiro período: educação no contexto da Independência

Como vimos, no reformismo de Pombal, ocorreram mudanças significativas que ficaram marcadas, vividas, em um período histórico não só no Brasil, mas também em Portugal, no aspecto social, cultural, econômico, educacional e político, concomitantes à ocupação sucessiva de três monarcas no trono português. Durante essas mudanças constantes de reinado, entre os anos de 1777 a 1821, o Brasil ficou marcado por um fato singular: a transferência da capital de Lisboa para o Rio de Janeiro, em 1808. E, dessas grandes transformações, vale ressaltar a ascensão do príncipe regente, Pedro I, ao cargo de Imperador do Brasil, em 1822, devido à proclamação da Independência do Brasil. Neste item do artigo, a abordagem se dirige, brevemente, para as cortes constituintes da nação portuguesa e a educação pública.

Era de interesse o melhoramento do sistema político monárquico português, portanto, fazia-se necessário novo mecanismo de intervenção na política portuguesa dentro do interesse da casa real de Portugal. Nas cortes, estavam presentes deputados eleitos que representavam regiões portuguesas e, também, políticos do Brasil. Nesse sentido, o encontro dos políticos portugueses e brasileiros na assembleia era feito de diálogo político. Os representantes do Brasil visavam, entre outras coisas, reivindicar melhorias para a educação. Porém, por motivo de atraso da viagem dos deputados brasileiros rumo a Lisboa, somente os políticos da corte portuguesa assinaram a base da futura constituição, ficando de fora os representantes do Reino do Brasil e das Possessões Ultramarinas.

Mesmo com percalços, como o atraso dos deputados brasileiros que, com isso, não conseguiram assinar o texto constitucional, observa-se nesse período o interesse em decisões justas por parte de diversos grupos sociais que fizeram intervenções, antes e durante as reformas Pombalinas, e mesmo depois, no terreno educacional. É o que afirma Rogério Fernandes (2016, p. 555): “Tratava-se de intervenções junto do Poder, no sentido da resolução de necessidade ou aspirações na área da educação. Também no Brasil, aliás, essa categoria de diligência era empreendida junto à Corte”.

Muitas coisas mudaram desde a vinda da família real portuguesa que, instalando a corte no Rio de Janeiro, acabou por promover o desenvolvimento da região, no período de 1808, data da chegada da família real, até 1821, quando do retorno do rei D. João VI para Lisboa, por exigência das cortes portuguesas.

Os anos de 1821 e 1822 foram decisivos no processo de independência do Brasil, fato que se consumou ao longo do período, mas que tem no dia 7 de setembro de 1822 seu marco simbólico mais relevante.

De todo modo, é ainda sobre as bases da Constituição de Portugal que muitas ideias se processam, ainda no ano de 1822. No conjunto de ideias novas, tanto na feitura das leis pelas cortes portuguesas, quando o

Brasil ainda pertencia àquele país, quanto na Constituição brasileira, depois do Brasil independente, pode ser dito que entre as revoluções de ordem política, a educação era a que menos se destacava. A Constituição portuguesa de 1822 é o mais antigo texto constitucional de Portugal, e um dos mais bem elaborados. Apesar da pouca importância dada aos problemas educacionais, os debates resultaram em efeitos sobre a situação da política social.

Pelo que diz Fernandes Tomás, a instrução não seria apenas um instrumento de recuperação moral, mas seria também um fator de progresso econômico (FERNANDES, 2005, p. 20). Quando há uma educação bem concebida, o reinado torna-se próspero, juntamente com os comerciantes e o setor agrícola. Desse modo, a instrução pública serve de conscientização política, mesmo que as escolas não tivessem a obrigação de informar e de conscientizar sobre a instrução republicana, se fazia necessário que o educador fizesse seus educandos amarem a instrução.

Se isso é válido para Portugal, é também válido para o Brasil. Por isso, na reunião da Assembleia Constituinte Brasileira para discutir a estrutura da educação no Brasil Império, portanto, já com a independência consumada, colocou-se em debate questões educacionais, visando elaborar um sistema nacional de instrução pública. Os resultados desse trabalho ficaram definidos e formulados nos últimos capítulos da Constituição. Esses artigos mencionam a responsabilidade do Estado de construir escolas em todos os lugares do Reino. No entanto, a educação seria para o cidadão, realizada na forma de ensino público e gratuito, porém, não era obrigatório, ou seja, era livre para quem quisesse a educação. Quanto ao público a ser atendido, podia ser tanto a classe nobre, quanto, também, os indígenas e outros, sem restrição. Mas isso não significa esquecer que aos escravos era negada a liberdade, e, portanto, a possibilidade de se instruir em escolas.

Com a formação do novo período político no Brasil, após a Proclamação da Independência, é necessário regulamentar a nova Constituição do Império. Fica claro nessa Constituição que a educação no período de 1824 é elementar e secundária. Logo mais à frente, ainda no século XIX, se chamavam ensino primário (a dos anos iniciais), e ensino médio, equivalente à nova Constituição, respectivamente. A educação ficou sob a responsabilidade das províncias, cabendo à União a responsabilidade pelo ensino superior. O primeiro momento de debate sobre a educação relacionou-se com as bases da constituição política da monarquia portuguesa, as quais continham um só artigo relativo ao tema (FERNANDES, 2005, p. 21). O artigo é o 37º, em que a corte adotará os estabelecimentos de instrução pública e de caridade.

Esses são os momentos iniciais da instrução pública no Brasil, cujos traços foram brevemente anotados aqui, no percurso que vai de Pombal ao Brasil recém independente.

5 Considerações finais

Da pesquisa realizada, da qual foram colhidos alguns resultados para serem expostos aqui, cabe ainda dizer de certas permanências no ideário educacional. Primeiro, certa resistência a mudanças, pois quando da substituição dos jesuítas pelas aulas régias, houve certa permanência de conteúdos e de modos de ensino. Segundo a carência de professores formados para substituir os padres. Com isso, um terceiro ponto merece menção: certamente houve improvisação de aulas. Quarto ponto relevante: a questão do financiamento da educação, problema que se une diretamente a outros, como o dos baixos salários, como se lê em um ofício da época: “persuade-se que tais homens não se encontrarão pelos diminutos ordenados de 150\$000 réis, num País onde as urgências da vida e a carestia dos objetos indispensáveis para a mais simples subsistência

exigem muito maiores interesses” (FERNANDES, 2016, p. 561). Dessas linhas aqui citadas, emergem o entrelaçamento de questões como a falta de professores causada pelos baixos salários e a carestia de alimentos. Problemas que soam bem familiares nos dias atuais.

Referências

CECO, Ana Paula; AMARAL, Tânia Conceição Iglesias. *Marquês de Pombal e a reforma educacional brasileira*. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/período_pombalino_intro.html>. Acesso em: 10 ago. 2018.

FERNANDES, Robério. A instrução pública nas Cortes Gerais Portuguesas. In: VEIGA, Cynthia Greive (Org.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

_____. As cortes constituintes da Nação Portuguesa e a educação pública. In: BASTOS, Maria Helena Câmara (Org.). *História e memória da educação no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2005. v. 2.

RIBEIRO, Maria Luiza Santos. *História da educação brasileira: a organização escolar*. São Paulo: Cortez, 1987.